

VEÍCULO:
O Globo

DATA:
31/10/16

À espera do social

Gastos de mais de R\$ 3,85 bilhões não melhoram condições de vida nas favelas com UPP

SELMA SCHMIDT E CÉLIA COSTA
granderio@oglobo.com.br

Distantes cerca de 18 quilômetros, o Complexo do Andaraí e o Vidigal têm muito mais em comum do que a presença de uma UPP. Nos fundos do Espaço de Educação Infantil (EDI) Winnie Mandela, no Andaraí, o Rio Joana virou um valão com esgoto e lixo. No Vidigal, atrás do Posto de Saúde Rodolpho Perissé e da sede da associação de moradores, o que foi concebido como uma galeria de águas pluviais pelo projeto Favela Bairro se transformou num depósito de sujeira, onde ratas e rãs passeiam à vontade: ligações clandestinas e a tubulação de esgoto instalada ao lado da vala — que se rompeu em alguns pontos — contaminam a água, que segue em direção à Praia de São Conrado. Enquanto estado e prefeitura contabilizam gastos de mais de R\$ 3,85 bilhões em obras e conservação de áreas com UPP e da Maré (em fase de ocupação), a situação de precariedade do Andaraí e do Vidigal se reproduz por comunidades atendidas pelo programa de pacificação. Moradores, líderes comunitários e estudiosos não viram a chamada ocupação social chegar, batendo na mesma tecla do ex-secretário José Mariano Beltrame. Para eles, a grande falha foi a falta de coordenação para integrar a política de segurança com as iniciativas dos órgãos da prefeitura e do estado e as necessidades das comunidades.

— Não se conseguiu construir uma integração. Havia uma expectativa de que, com a chegada da segurança, fosse desenvolvido todo um conjunto de ações. No Favela Bairro (anterior às UPPs), por exemplo, se ressentia da ausência de segurança. No dia seguinte em que uma quadra ficava pronta, ela estava ocupada pelo tráfico. Mas houve um isolamento da UPP, que calou na rotina e não foi percebida como estratégica — analisa o cientista social Marcelo Burgos, professor da PUC.

Para Burgos, não basta construir escolas e clínicas da família:

— Até porque a escola não necessariamente tem de estar dentro da favela. Quem está na favela pode frequentar uma escola no asfalto, que seja próxima. Não foram criados mecanismos para garantir direitos civis e políticos aos moradores. As comunidades têm que ter regras urbanísticas, gabarito, direito de vizinhança. É preciso levar também programas de geração de renda para as favelas.

'ESTAMOS ABANDONADOS PELO PODER PÚBLICO'

Presidentes de três associações das seis comunidades que integram o Complexo do Andaraí chegaram a elaborar um documento para O GLOBO no qual listam os 24 principais problemas da localidade, onde a UPP foi inaugurada há seis anos. "Estamos abandonados pelo poder público, municipal, estadual e federal e, só com a polícia, a paz nunca existirá", diz o texto assinado por André Santana, da Caçapava; Neide Marcia da Silva, do Morro do Andaraí; e Rogério Amorim, do Jamelão.

— São três garis para limpar o complexo, que tem 32 mil habitantes. Nossas encostas e nossos rios, córregos e canaletas também estão lotados de lixo — reclama Santana.

Basta um passeio pelas comunidades do Andaraí para verificar as carências. Moradores de cerca de 400 casas interditadas por estarem em áreas de risco, como a que vive Patrícia Cordeiro, aguardam pelo reassentamento.

— Há quatro anos, interditaram a casa e nos mandaram aguardar. Quando chove, fico com medo. Mas não tenho para onde ir — diz Patrícia, que vive com três filhos, duas netas e a mãe.

GINÁSIO VIROU ELEFANTE BRANCO NO ANDARAÍ

A cachoeira da Borda do Mato, que poderia se tornar um ponto turístico, está tomada por lixo e praticamente secou. Com cinco reservatórios da Cede vazios — só um deles, agora, está sendo reativado —, moradores de comunidades do Andaraí têm de puxar água da mata. As obras da quadra do Borrachinha e de asfaltamento de dez ruas do complexo também estão paralisadas.

— Na Caçapava, a prefeitura construiu um ginásio. Mas não tem pessoas para dar aula. E ele virou um elefante branco — conta Santana. — No Cras (Centro de Referência de Assistência Social) Presidente Itamar Franco, só tem cadastro, cadastro, de Bolsa Família, da Light....

A cientista social Sílvia Ramos, uma das coordenadoras do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), da Universidade Cândido Mendes, afirma que serviços públicos, como água, esgoto e coleta de lixo, até chegaram às comunidades com UPPs, mas a qualidade sempre foi muito ruim, se comparada com o asfalto. Sílvia criou, junto com Ricardo Henriques, o programa UPP Social, rebatizado como Rio+Social, em 2011,

VEÍCULO:
O Globo

DATA:
31/10/16

quando a prefeitura assumiu o projeto na capital:

— No Alemão, os governos investiram milhões, e, mesmo assim, o lugar continuou sendo visto como favela e não como um bairro integrado à cidade.

Silvia destaca a falta de ações integradas. É preciso, segundo ela, que prefeito e governador criem um conselho de gestão que coloque mensalmente todos os secretários para analisar caso a caso.

O jovem Rene Silva, fundador do jornal “Voz da Comunidade” e líder comunitário no Complexo do Alemão, confirma que, ao longo dos anos, os serviços foram chegando, mas se queixa de que a comunidade não foi ouvida:

— Os investimentos foram bem inferiores ao prometido. E não teve muito diálogo sobre o que as comunidades precisavam. Os jovens também sofreram com a redução dos eventos culturais. O comando da UPP reprimiu vários eventos que aconteciam aqui, não apenas os bailes funk.

No Borel, o panorama também é de insatisfação, como revela Ana Paula de Jesus, presidente da associação de moradores:

— Não temos cursos para nossos jovens. As creches e escolas são as mesmas de dez, 15 anos. A quadra da figueira, construída no alto e suspensa por colunas, também está sem manutenção. Não fazem eventos ali porque o pessoal tem medo. Dizem que balança. O esgoto é precário, e a Comlurb só limpa a rua principal. A água é outro problema. Há uma caixa de 200 mil litros para 20 mil pessoas.

Felipe Vieira, presidente do Instituto de Cidadania da Escola de Samba Unidos da Tijuca, recorda que quando a UPP chegou ao Borel, em 2010, a

equipe tinha entusiasmo, reuniu-se com líderes comunitários e levantou dados para um diagnóstico:

— Um problema sério do Borel são os jovens desestimulados. Por que nossas crianças e adolescentes procuram o tráfico? O que está acontecendo? Há meninos que me dizem: “Não vou à escola, porque a escola está chata”. O governo traz um pacote pronto. Conversa com pastores, presidentes de ONGs, líderes comunitários. Mas não faz um fórum com os jovens.

No Vidigal, o comércio cresceu, estimulado pela presença da segurança. Restaurantes e hostels chamam a atenção de quem percorre a Avenida Presidente João Goulart, que leva ao topo do morro. A quadra esportiva, adotada pela iniciativa privada, está conservada e é muito frequentada. No entanto, a comunidade ainda aguarda pela chegada dos programas sociais e de uma melhor infraestrutura, prometidos pelo poder público, ressalta o presidente da associação de moradores, Sebastião Aleluia:

— Temos valões a céu aberto, nosso posto de saúde é muito pequeno para atender toda a comunidade, não temos cursos profissionalizantes e há várias casas interditadas aguardando pelo reassentamento na própria comunidade.

BABILÔNIA: SÓ 2 PRÉDIOS FORAM CONSTRUÍDOS

Das 50 casas do Sobradinho, no alto do morro — vizinho de onde houve um deslizamento com mortes há duas décadas — várias estão interditadas. Porém, outras construções estão sendo feitas, sem interferência do poder público. Ao mesmo tempo, famílias como a do universitário Wagner Rodrigues, de 26 anos, aguardam uma solução:

— Sei que moro numa casa interdita. Fico preocupado, mas moro na mesma casa desde que nasci. Não quero sair do Vidigal. Se tiver que mudar, teria que ser para outro lugar do morro.

Já na Babilônia, no Leme, o presidente da associação de moradores, André Luiz Abreu de Souza, afirma que o grande desafio é concluir o programa Morar Carioca Verde, da Secretaria municipal de Habitação:

— Em vez de três, foram construídos dois prédios. Essa obra é uma vergonha. Os apartamentos têm muitas infiltrações. E, como não construíram o terceiro prédio, há 400 famílias morando em área de risco e de proteção ambiental. Querem removê-las para Santa Cruz. Vamos à Justiça, se for preciso.

As obras na Babilônia custaram R\$ 54,1 milhões. Segundo a Secretaria municipal de Habitação, o projeto do terceiro edifício sofreu restrições do Iphan, e a prefeitura encontrou ainda dificuldades para desapropriar a área. O órgão diz que negocia uma solução habitacional para as famílias que aguardam reassentamento. E promete fazer vistoria para avaliar as condições dos prédios ocupados.

Para o antropólogo Paulo Storani, ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope), a polícia ficou sozinha no programa das UPPs. Ele também bate na tecla de que o atendimento social não se resume a construções:

— Os jovens foram esquecidos. Hoje, por exemplo, não há crianças que não consigam vagas nas escolas, mas a evasão é um problema. É preciso criar atividades para segurar os alunos, o que pode ser feito com os colégios em tempo integral. ●

INVESTIMENTOS NAS COMUNIDADES

‘HOUE AVANÇO, EMBORA HAJA MUITO O QUE FAZER’

Diante de tantas queixas, Pedro Veiga, coordenador do programa Rio+Social — vinculado ao Instituto Pereira Passos, da prefeitura — alega que o problema reside no grande déficit das comunidades:

— O desafio de superar as ausências é enorme. O que a UPP trouxe foi a possibilidade de se fazer um trabalho mais permanente. Houve um avanço nesses anos, embora ainda haja muito o que fazer.

A prefeitura garante que, em obras e conservação, concluirá 2016 tendo aplicado, desde 2009, R\$ 2,1 bilhões nas 37 áreas com UPP da cidade e no Complexo da Maré. Veiga cita ainda números que mostram os efeitos das UPPs no desempenho escolar e no atendimento de saúde. De 2009 a 2015, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das favelas com UPP aumentou 9,8% nos anos iniciais do ensino fundamental; e 19,4%, do sexto ao nono ano. Já a cobertura do Programa Saúde da

Família passou de 3% para 72% dos moradores de 2008 para 2016.

O estado, por sua vez, lista suas ações, a partir de 2008. A Emop gerenciou projetos que somam R\$ 1,7 bilhão, com recursos do PAC e do estado, nos complexos do Alemão e em Manguinhos, na Rocinha e no Morro Dona Marta. Embora sem citar valores, enumera programas de esporte. E afirma que a Faetec está presente em mais de 30 comunidades, “oferecendo milhares de vagas para jovens e adultos, principalmente no segmento de qualificação profissional”. Da AgeRio, foram R\$ 50 milhões em microcrédito.

A Cedae garante que atua em todas as comunidades com UPPs “na manutenção dos sistemas de água e esgoto”, e que realizou obras de implantação, reforma e melhorias de sua rede em 14 comunidade e complexos. Mas só recentemente é que selecionou empresas para elaborar projeto de saneamento para a Maré e comunidade de 23 UPPs.